

# Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

---

## Módulo 3 – Contratação de Energia e Potência

### Submódulo 3.2 – Contratos do Ambiente Regulado

---

## ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (CP 11/2015)	Despacho nº 1.454/2016	02.06.2016

## 1. INTRODUÇÃO

Sem prejuízo e em complemento aos conceitos e à sistemática apresentada especialmente no Módulo “Contratos” das Regras de Comercialização, este submódulo se destina ao tratamento de atividades de assinatura, registro, sazonalização e modulação dos contratos regulados, dentre eles os contratos de energia de reserva, cotas-partes de Itaipu e cotas de energia do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Contratos de Compra de Energia Regulada – CCER<sup>1</sup>, tratamento dos Contratos de Constituição de Garantias – CCG, alteração de dados cadastrais, aditamentos de contratos regulados.

## 2. OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para as tratativas entre a CCEE e os agentes de mercado com relação aos contratos firmados no ambiente regulado.

## 3. PREMISSAS

### Gerais

- 3.1. A contagem dos prazos estabelecidos neste Procedimento de Comercialização é realizada observando-se apenas os dias úteis (du) referenciados no calendário da Cidade de São Paulo.
- 3.2. Os horários informados neste Procedimento de Comercialização baseiam-se no horário de Brasília.
- 3.3. Procedimentos especiais para o Horário de Verão serão informados por meio de comunicado emitido pela CCEE com antecedência mínima de trinta dias corridos (30dc<sup>2</sup>) do início do horário. A CCEE deve divulgar o cronograma para os períodos de entrada de dados com antecedência mínima de trinta dias corridos (30dc) das datas de início do período.
- 3.4. Os contratos firmados entre agentes de distribuição, caracterizado como suprimento a agente de distribuição com mercado próprio inferior a 500GWh/ano, devem ser registrados no SCL, quando couber, pelos próprios agentes de distribuição supridores.
- 3.5. Os contratos que compõem anexos de editais de leilão de energia contêm cláusulas e condições fixas e não são passíveis de alteração pelos agentes e pela CCEE sem a expressa autorização da ANEEL.

<sup>1</sup> Abrangendo os contratos firmados entre a distribuidora local e o consumidor livre ou especial que opta por contratar parte das necessidades de energia e potência das unidades consumidoras com essa distribuidora local.

<sup>2</sup> dc = dias corridos.

- 3.6. Os contratos decorrentes de leilões serão disponibilizados pela CCEE para assinatura dos agentes somente após a apresentação, quando couber, das respectivas garantias financeiras contratuais válidas.
- 3.7. Os contratos decorrentes de leilões serão registrados na CCEE somente após sua respectiva validação pela CCEE.
- 3.8. O atendimento às condições estabelecidas no Edital do certame para assinatura dos contratos deve ser rigorosamente observado pela CCEE e cumprido pelos agentes participantes.
- 3.9. Os contratos regulados firmados por agentes de distribuição, tais como os decorrentes de contratação por geração distribuída, contratos firmados antes da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, contratos com distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, quando couberem, serão tratados no Submódulo 3.1 – Contratos do Ambiente Livre, dos Procedimentos de Comercialização, pois assim são considerados nas Regras de Comercialização.

#### **Validação, Assinatura e Registro de Contratos**

##### **Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Energia de Reserva (CERs) e Contratos de Leilão de Ajuste (CAs)**

- 3.10. O processo de elaboração dos contratos de novo agente será iniciado após a publicação da outorga, sendo que a assinatura dos contratos somente ocorrerá após a deliberação favorável de sua adesão à CCEE, nos termos do Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, dos Procedimentos de Comercialização.
- 3.11. Os candidatos a agente ou agentes vendedores de energia elétrica de novos empreendimentos vencedores de leilão deverão enviar a outorga de seu empreendimento à CCEE, via Sistema de Gestão de Processos – SGP, em até dois dias úteis (2du), contados a partir da data de sua publicação.
- 3.12. A CCEE deve tomar as devidas providências para assinatura efetiva dos Contratos por todas as partes envolvidas em até 25 dias úteis (25du) após a publicação da outorga no Diário Oficial da União ou da homologação e adjudicação do resultado do leilão, o que for mais contemporâneo, incluindo-se apresentação da garantia contratual, validação e saneamento de eventuais pendências por parte dos agentes.

- 3.13. Em até dez dias úteis (10du) após o início da vigência deste Procedimento de Comercialização, a CCEE deverá publicar em seu endereço eletrônico e enviar à ANEEL os marcos intermediários e os respectivos prazos para cumprimento por parte da CCEE e dos agentes do prazo total de vinte e cinco dias úteis (25du) para assinatura dos contratos, devendo definir o prazo mínimo de três dias úteis (3du) para qualquer obrigação dos agentes.
- 3.14. Os mesmos prazos e obrigações da premissa anterior serão seguidos pela CCEE no caso de alteração dos marcos intermediários e/ou dos respectivos prazos para cumprimento por parte da CCEE e dos agentes do prazo total de vinte e cinco dias úteis (25du) para assinatura dos contratos.
- 3.15. Até a efetiva assinatura dos Contratos, os marcos intermediários devem ser, no mínimo, os seguintes:
- Registro do ato autorizativo pelos agentes vendedores sem outorga;
  - Solicitação de informações para confecção dos contratos;
  - Análise da CCEE sobre eventuais inconsistências e saneamento de pendências;
  - Validação pelos responsáveis pelas assinaturas das informações disponibilizadas;
  - Providências em relação às garantias contratuais, de forma concomitante;
  - Disponibilização pela CCEE para assinatura digital do contrato.
- 3.15.1. Os Agentes deverão obter previamente à assinatura digital dos contratos o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora. Apenas no caso excepcional de indisponibilidade do sistema por parte da CCEE é que o(s) contrato(s) poderá(ão) ser assinado(s) pelas partes de forma física, com reconhecimento de firma.
- 3.15.2. A responsabilidade pela válida e correta indicação de dados, incluindo a designação dos signatários do(s) contrato(s) e dos dados do banco gestor é única e exclusiva dos agentes.
- 3.16. A CCEE deve informar à ANEEL sobre agente que der causa a não assinatura dos contratos decorrentes de leilões e/ou que não atenda aos prazos da CCEE para resolução de pendência(s) no(s) contrato(s) e/ou seu(s) anexo(s), em até 5 dias úteis (5du) após prazo final para assinatura.
- 3.17. A CCEE deverá efetuar, no Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL, o registro das negociações ocorridas no ambiente regulado decorrentes de leilões de energia nova e de reserva, para todo o período de suprimento, conforme as Regras de Comercialização, condições estabelecidas no edital do certame e após a efetiva assinatura dos contratos respectivos.

- 3.17.1. O registro, sazonalização e modulação das negociações decorrentes dos leilões de energia existente e de ajuste, realizados no Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL, prescindem da conclusão do processo de assinatura dos contratos, sendo que estes devem atender ao prazo estabelecido na premissa 3.12.
- 3.18. A CCEE deve encaminhar à ANEEL, conforme Normativo de monitoramento do mercado e quando couber, o relatório sobre a situação da assinatura dos contratos decorrentes dos leilões, nomeando os agentes envolvidos em pendências nos respectivos certames, a descrição das pendências, os números e datas de chamados emitidos e outras informações relevantes para as ações na ANEEL.
- 3.19. O relatório sobre os contratos firmados decorrentes do certame deve ser encaminhado pela CCEE à ANEEL, na forma estabelecida na regulamentação, em até dez dias úteis (10du) após a informação para liberação das garantias financeiras do último agente.
- 3.20. A CCEE deve manter os contratos disponíveis, caso requisitado pela ANEEL.
- 3.21. Os mesmos prazos estabelecidos para as atividades relacionadas aos contratos são aplicáveis aos respectivos aditivos, quando couber.
- 3.22. Para os aditivos contratuais, o marco para início da contagem dos prazos deve ser a data de publicação do ato deliberativo sobre a questão pela ANEEL ou poder concedente, o que deve ser diariamente acompanhado pela CCEE.
- 3.23. Não obstante as obrigações da CCEE neste Procedimento de Comercialização, todo o processo descrito deve ser acompanhado pelos agentes vendedores e compradores.

### **Contratos de Compra de Energia Regulada - CCER e Contratos de Itaipu**

- 3.24. Para cada unidade consumidora parcialmente livre e especial, o agente de distribuição deve registrar o CCER na CCEE em até cinco dias úteis (5du) antes do início de suprimento.
- 3.25. O registro do CCER deve ser realizado uma vez para todo o período de suprimento do contrato, no SCL.
- 3.26. No tocante aos contratos de Itaipu, a CCEE deve disponibilizar a consulta dos montantes registrados no SCL aos agentes cotistas e à Eletrobrás em seu endereço eletrônico em até cinco dias uteis (5du) antes do início de sua vigência.

### **Contratos de Constituição de Garantias – CCGs**

- 3.27. As atividades referentes à confecção dos CCGs seguem a mesma sistemática dos respectivos contratos (CCEARs ou CAs), sendo realizadas concomitantemente.
- 3.28. Até a efetiva assinatura dos CCGs, os marcos intermediários devem ser, no mínimo, os seguintes:
- Solicitação ao comprador do tipo de garantia a ser prestada e demais informações para geração dos contratos, incluindo o Banco Gestor;
  - Disponibilização de arquivo eletrônico dos instrumentos de garantia para validação dos agentes;
  - Análise da CCEE sobre eventuais inconsistências;
  - Validação pelos agentes das informações disponibilizadas pela CCEE;
  - Disponibilização pela CCEE para assinatura do instrumento de garantia.

### **Sazonalização e Modulação de Contratos**

#### **CCEAR**

- 3.29. Até o mês de dezembro de cada ano, a CCEE informará o cronograma da sazonalização do CCEAR por quantidade, que deverá ser realizada e validada diretamente no SCL pelos agentes compradores e vendedores, respectivamente, uma única vez, para todos os meses contratuais do ano civil seguinte.
- 3.30. Caso os agentes compradores e vendedores não respeitem os prazos estabelecidos no cronograma ou não haja acordo entre as partes, a sazonalização do CCEAR por quantidade será realizada pela CCEE, aplicando o perfil de carga declarado pelo agente de distribuição, consolidado pelo Sistema de Informação de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico - SIMPLES ou seu sucedâneo, conforme Regras de Comercialização, respeitados os limites mínimo e máximo situados entre 85% e 115% da média anual da energia contratada.
- 3.31. A sazonalização da energia contratada por meio de CCEAR por quantidade, quando feita pela CCEE, nos termos da premissa anterior, será realizada uma única vez, até o final do mês de dezembro, para todos os meses contratuais do ano civil seguinte.
- 3.32. A sazonalização da energia contratada por meio de CCEAR por disponibilidade é feita a cada ano pela CCEE, uma única vez, até o final do mês de dezembro, para todos os meses contratuais do ano civil seguinte, de forma uniforme ao longo do ano, sazonalização “flat”.

- 3.33. A sazonalização da inflexibilidade contratual definida no CCEAR por disponibilidade (com CVU diferente de zero) deverá ser preenchida no SCL pela CCEE, uma única vez, para todos os meses contratuais do ano civil seguinte, nos termos do(s) contrato(s), nos prazos descrito na premissa anterior.
- 3.34. Caso o(s) agente(s) vendedor(es) vencedor(es) do leilão opte(m) por destinar a geração mensal da parcela ACL da usina ao CCEAR por disponibilidade, deverá(ão) informar no SCL o respectivo percentual de geração, até MS+8du.

### **Contratos de Leilão de Ajuste – CAs**

- 3.35. A sazonalização do CA é realizada uma única vez, pelo agente comprador, para todos os meses contratuais de cada ano civil, por meio do Sistema SCL, em data estabelecida pela CCEE para cada leilão.
- 3.36. A validação da sazonalização do CA será realizada uma única vez, pelo vendedor, para todos os meses contratuais de cada ano civil.
- 3.37. A sazonalização, realizada pelo comprador, e a validação, realizada pelo vendedor, devem ser efetivadas antes do início de suprimento.
- 3.38. Em caso de não realização e/ou validação da sazonalização no prazo definido pela CCEE, será considerada a divisão proporcional do total de energia contratada no período pelo número de horas de cada mês (sazonalização flat).
- 3.39. Os montantes referentes à sazonalização dos contratos de ajuste devem respeitar os limites máximo e mínimo situados entre 85% e 115% da média anual da energia contratada.
- 3.40. A modulação da energia contratada de cada mês deverá ser realizada pelo comprador, uma única vez para cada mês contratual, respeitando-se os limites de potência associada, por meio do SCL, até a data limite estabelecida pela CCEE.
- 3.41. Em caso de não realização e/ou validação da modulação nos prazos definidos, será considerada a divisão do total de energia mensal pelo número de horas do mês. (modulação flat).
- 3.42. Quando não informado no edital do leilão, o valor de potência mínima deve ser considerado igual a zero e o de potência máxima deve ser igual à potência associada à energia contratada.

### **Cotas de energia do PROINFA**

- 3.43. A sazonalização das cotas do PROINFA deve ser realizada diretamente no SCL, pelo agente comercializador da energia do PROINFA - ACEP, até o final de dezembro de cada ano, para todos os meses do ano seguinte.
- 3.44. A CCEE realizará a sazonalização automaticamente, conforme Regras de Comercialização, até o final do mês de janeiro de cada ano, caso não seja cumprido o prazo da premissa anterior ou não seja respeitado o montante anual de energia (em MWh), estabelecido em ato regulatório específico.
- 3.45. A sazonalização deve ser informada aos agentes quotistas pela CCEE em até três dias úteis (3du) contados de sua realização.
- 3.46. A CCEE deve disponibilizar, no SCL, a consulta dos montantes registrados aos agentes quotistas e à Eletrobrás.
- 3.47. No caso de agente cotista do PROINFA com participação facultativa na CCEE, o registro do Contrato do PROINFA será realizado para o Agente Representante, conforme Submódulo 1.2 – Cadastro de Agentes.

### **Contratos de Compra de Energia Regulada – CCERs**

- 3.48. A sazonalização do CCER deve ser realizada pelo agente de distribuição no momento do registro do contrato e deve contemplar todo o período de suprimento.
- 3.49. Caso o agente de distribuição não registre as informações do CCER no SCL no prazo estabelecido, os montantes na contabilização devem ser considerados nulos.
- 3.50. Caso o consumidor parcialmente livre, responsável por unidade consumidora conectada à Rede Básica, não efetue os pagamentos relativos ao CCER, o agente de distribuição pode registrar valor zero para os montantes de energia contratada no SCL até a quitação total dos débitos.
- 3.51. A modulação do montante mensal de energia do CCER é realizada conforme disposto nas Regras de Comercialização.
- 3.52. A CCEE pode solicitar o CCER, se julgar necessário.

### **Cotas de Garantia Física de Energia e de Energia Nuclear e Contratos de Itaipu**

- 3.53. A sazonalização dos montantes contratados de garantia física e de energia nuclear deve ser realizada diretamente no SCL, pela CCEE, conforme Regras de Comercialização, e disponibilizada aos agentes, até dois dias úteis (2du) antes do final do mês de dezembro, para todos os meses do ano seguinte.
- 3.54. A sazonalização e a modulação dos contratos de Itaipu são realizadas automaticamente pela CCEE, conforme descrito nas Regras de Comercialização.

### **Alterações Contratuais**

#### **Alteração de dados contratuais por solicitação do agente**

- 3.55. Após a assinatura do CCEAR, CER ou CA, ou do instrumento de garantia financeira, ou do Termo Aditivo ou de Cessão, observada a necessidade de adequação de dados bancários e de representantes para comunicação constante dos referidos instrumentos e alteração de faturamento da matriz pela filial, o agente vendedor e/ou agente comprador poderão solicitar alterações mediante o preenchimento do formulário eletrônico<sup>3</sup> a ser gerado e enviado pelo SGP.
- 3.56. Em até cinco dias úteis (5du) a partir da data de seu envio, a CCEE deverá avaliar a solicitação do agente e disponibilizar o formulário mencionado na premissa anterior no Portal de Assinaturas CCEE ou, caso sejam identificadas inconsistências, deverá comunicar ao agente, por meio do SGP.
- 3.56.1. Para a assinatura digital do formulário eletrônico, a parte solicitante deverá obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.
- 3.57. Após a assinatura digital do formulário eletrônico, a CCEE deverá informar à(s) contraparte(s) a(s) alteração(ões) realizada(s).
- 3.58. Para alterações de nome empresarial, desde que não implique alteração da titularidade, e/ou de endereço, os agentes vendedor e comprador deverão observar o submódulo 1.2 – Cadastro de agentes e a alteração efetivada será informada pela CCEE à(s) contraparte(s).
- 3.59. As partes deverão informar aos seus respectivos bancos sobre as alterações de dados cadastrais realizadas pelas contrapartes.
- 3.60. Caso a parte solicitante não dê seguimento à solicitação aberta, a CCEE deverá cancelá-la após 30 dias corridos (30dc) contados da data de seu recebimento.

<sup>3</sup> O formulário eletrônico será disponibilizado para (i) preenchimento das alterações contratuais a serem realizadas e (ii) indicação dos representantes com poderes outorgados para assiná-los.

### **Anuência à Cessão dos direitos creditórios do CER e/ou à Alteração de dados bancários do CER**

- 3.61. O agente vendedor poderá solicitar anuência à CCEE à Cessão dos direitos creditórios e/ou à Alteração de dados bancários do CER, conforme procedimento a ser publicado pela CCEE em seu endereço eletrônico.

### **Alteração contratual por meio de aditamentos**

- 3.62. Na hipótese de alterações societárias de um contratante que possam vir a resultar na reunião/aglutinação de CCEAR ou CA, será celebrado termo de distrato dos contratos originais com a posterior celebração de novos CCEAR ou CA com a pessoa jurídica sucessora do contratante, ou termo de cessão, conforme o caso.
- 3.62.1. A data de celebração do termo de distrato deverá ser idêntica à data de início de vigência dos novos CCEAR ou CA a serem celebrados, os quais deverão possuir vigência idêntica ao prazo residual dos CCEAR ou CA originais. Neste documento, deverá constar a data de início de sua vigência, que deverá ser igual àquela de início da validade do novo instrumento jurídico.
- 3.62.2. Em caso de alteração de titularidade da concessão, permissão ou autorização, as partes se obrigam a distratar a garantia financeira original e constituir novo instrumento jurídico-financeiro.
- 3.63. O novo signatário do contrato subrogará em todos os direitos e obrigações do signatário original.
- 3.64. A CCEE poderá solicitar documentos complementares que justifiquem a alteração contratual, se necessário.
- 3.65. Aplicar-se-á ao processo de aditamento os mesmos prazos do contrato que lhe deu origem.
- 3.66. Em caso de emissão de ato regulatório que altere os dados dos contratos (CCEAR, CA ou CER), o(s) agente(s) deverá(ão) informar à CCEE tal alteração, por meio do SGP, através do link Gestão ACR, em até dois dias úteis (2du), contados a partir da data de sua publicação, para dar início ao processo de confecção do(s) aditamento(s) ao(s) contrato(s).
- 3.67. Em até dois dias úteis (2du) após o prazo indicado na premissa anterior, a CCEE deverá:

- a) Iniciar os procedimentos de alteração contratual em nome do(s) agente(s), informar à ANEEL sobre o descumprimento da obrigação, caso o(s) agente(s) não informe(m) a CCEE sobre tal alteração e disponibilizar o formulário eletrônico<sup>4</sup>, via SGP; ou
  - b) Validar os dados enviados pelo(s) agente(s), e disponibilizar o formulário eletrônico, via SGP.
- 3.68. A CCEE deve tomar as devidas providências para assinatura efetiva dos aditivos contratuais por todas as partes envolvidas em até 25 dias úteis (25du) após a publicação do respectivo ato regulatório, incluindo-se apresentação da garantia contratual, validação e saneamento de eventuais pendências por parte dos agentes.
- 3.69. Para a assinatura do(s) aditamento(s) ao(s) contrato(s), é condição obrigatória que as partes sejam agentes da CCEE.
- 3.70. O(s) aditamento(s) ao(s) contrato(s) terá(ão) sua eficácia condicionada à celebração do(s) correspondente(s) CCG ou equivalente(s).
- 3.71. O(s) agente(s) responderá(ão) solidariamente pelo cumprimento das etapas do processo de assinatura do(s) aditamento(s) ao(s) contrato(s), sendo de sua(s) responsabilidade(s) acompanhá-las.
- 3.72. Para cada certame, a CCEE disponibilizará relatórios à ANEEL com os dados sobre cada um do(s) aditamento(s) ao(s) contrato(s), bem como informações sobre seu processo de assinatura, por meio do SGP.

### **Substituição de CCG**

- 3.73. O instrumento jurídico-financeiro apresentado para garantia de fiel cumprimento das obrigações do CCEAR ou CA pelo agente comprador, e aceito pelo agente vendedor, deverá ser substituído por um novo documento nos seguintes casos, não havendo necessidade de distrato do instrumento anterior:
- a) Alteração de titularidade do agente vendedor;
  - b) Alteração de titularidade do agente comprador;
  - c) Substituição do banco gestor, e
  - d) Outros casos que venham a ser reconhecidos pela ANEEL.
- 3.74. A nova garantia financeira deverá atender ao especificado no respectivo edital do leilão e no respectivo CCEAR ou CA firmado entre as partes.
- 3.75. Em caso de substituição do instrumento de garantia financeira do leilão, o agente comprador deverá solicitar à CCEE, por meio do SGP, o início do processo de confecção do novo instrumento de garantia financeira.

<sup>4</sup> O formulário eletrônico será disponibilizado para (i) preenchimento das informações para a elaboração do(s) aditamento(s) ao(s) contrato(s) e (ii) indicação dos representantes com poderes outorgados para assiná-los.

- 3.76. Com a celebração do novo CCG, o CCG anteriormente assinado será automaticamente revogado para todos os efeitos legais, inclusive nos registros da CCEE, devendo as partes signatárias do CCG anterior operar os efeitos da revogação entre si, por sua conta e risco, ficando a CCEE isenta de toda e qualquer responsabilidade daí decorrente.
- 3.77. Os prazos para substituição de CCG devem seguir sistemática similar à exposta na seção Contratos de Constituição de Garantias – CCGs.

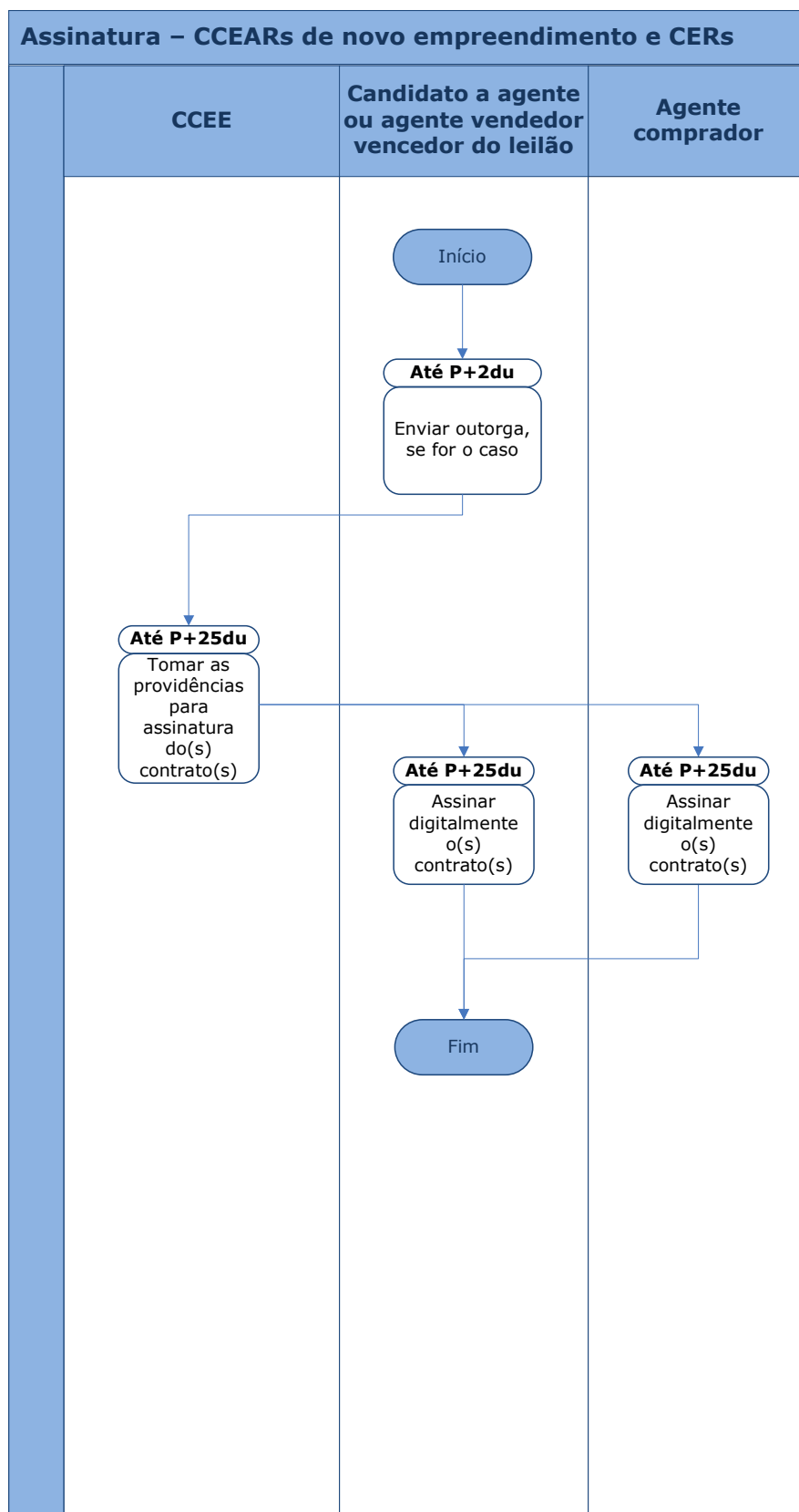
#### **Cancelamento do Registro de CCEAR**

- 3.78. O registro de CCEAR no SCL somente poderá ser cancelado pela CCEE após decisão da ANEEL. Nesse caso, o cancelamento deverá ter efeitos na data da publicação do respectivo ato.
- 3.79. Exclusivamente nos casos de rescisão amigável, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 508/2012, a CCEE somente poderá cancelar o registro do CCEAR após o recebimento do Termo Aditivo de rescisão devidamente assinado pelas partes e validado pela CCEE.
- 3.80. Caso o(s) CCEAR(s) tenha(m) gerado efeitos, observadas as disposições do Submódulo 5.1 – Contabilização e Recontabilização, a CCEE deverá processar a recontabilização para os meses já liquidados.
- 3.81. O registro do CCEAR deve estar cancelado nos sistemas da CCEE em até três dias úteis (3du) após decisão da ANEEL.

#### **4. LISTA DE DOCUMENTOS**

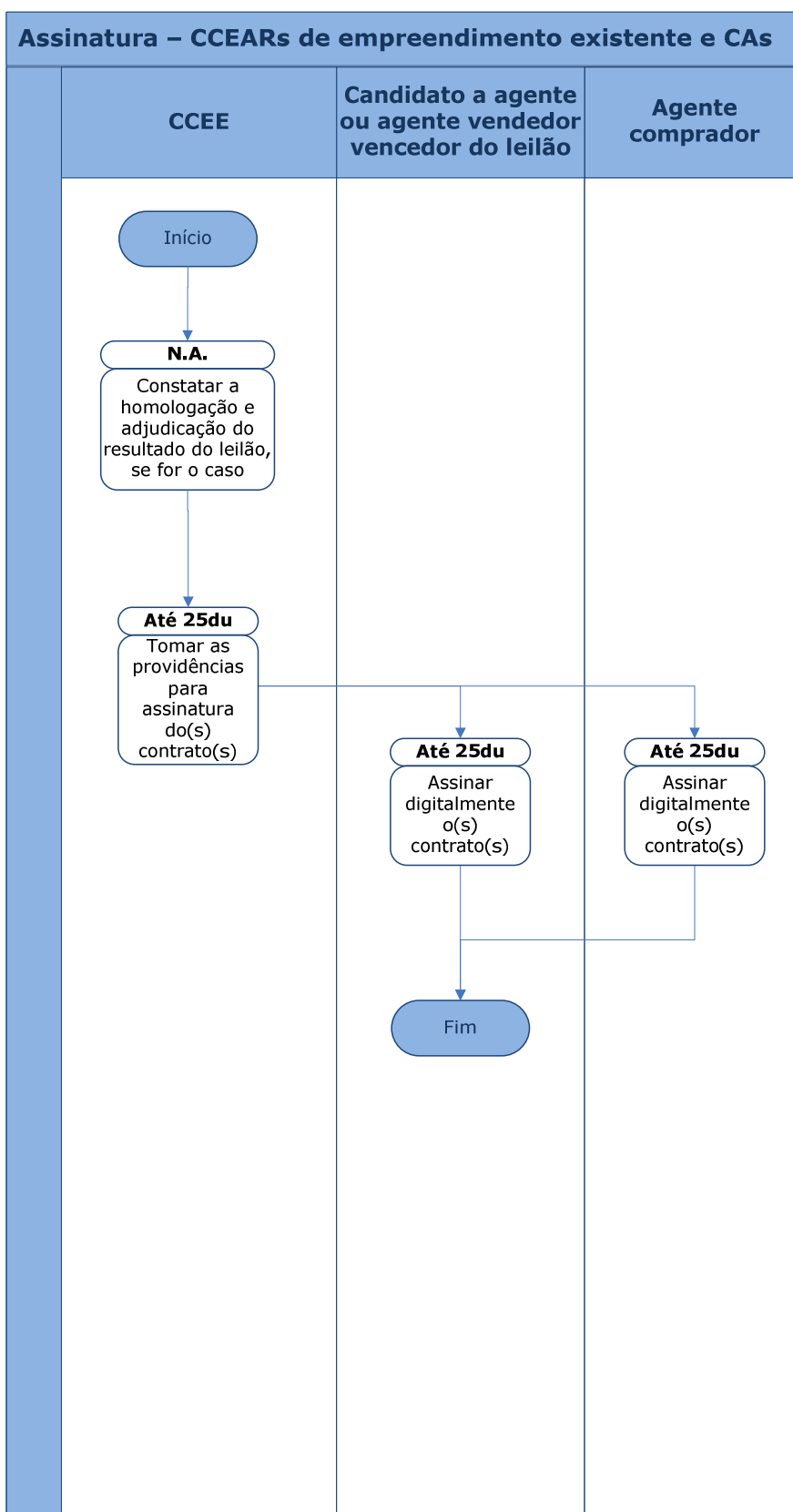
Não aplicável.

## 5. FLUXO DE ATIVIDADES

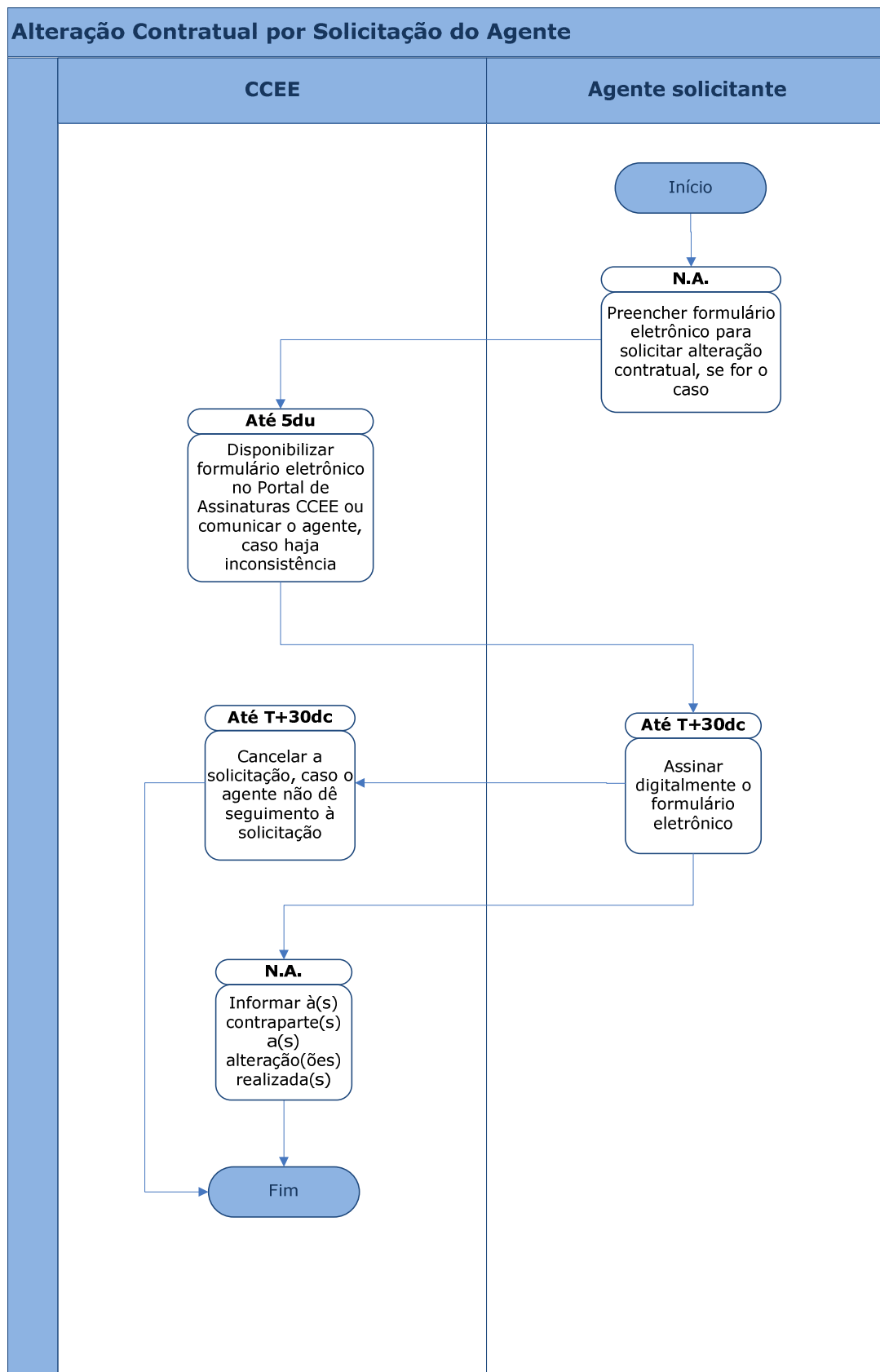


**Legenda:**

**P:** Data da publicação da outorga de novo empreendimento;  
**du:** dias úteis.



**Legenda:**  
**N.A.:** Não Aplicável;  
**du:** dias úteis.

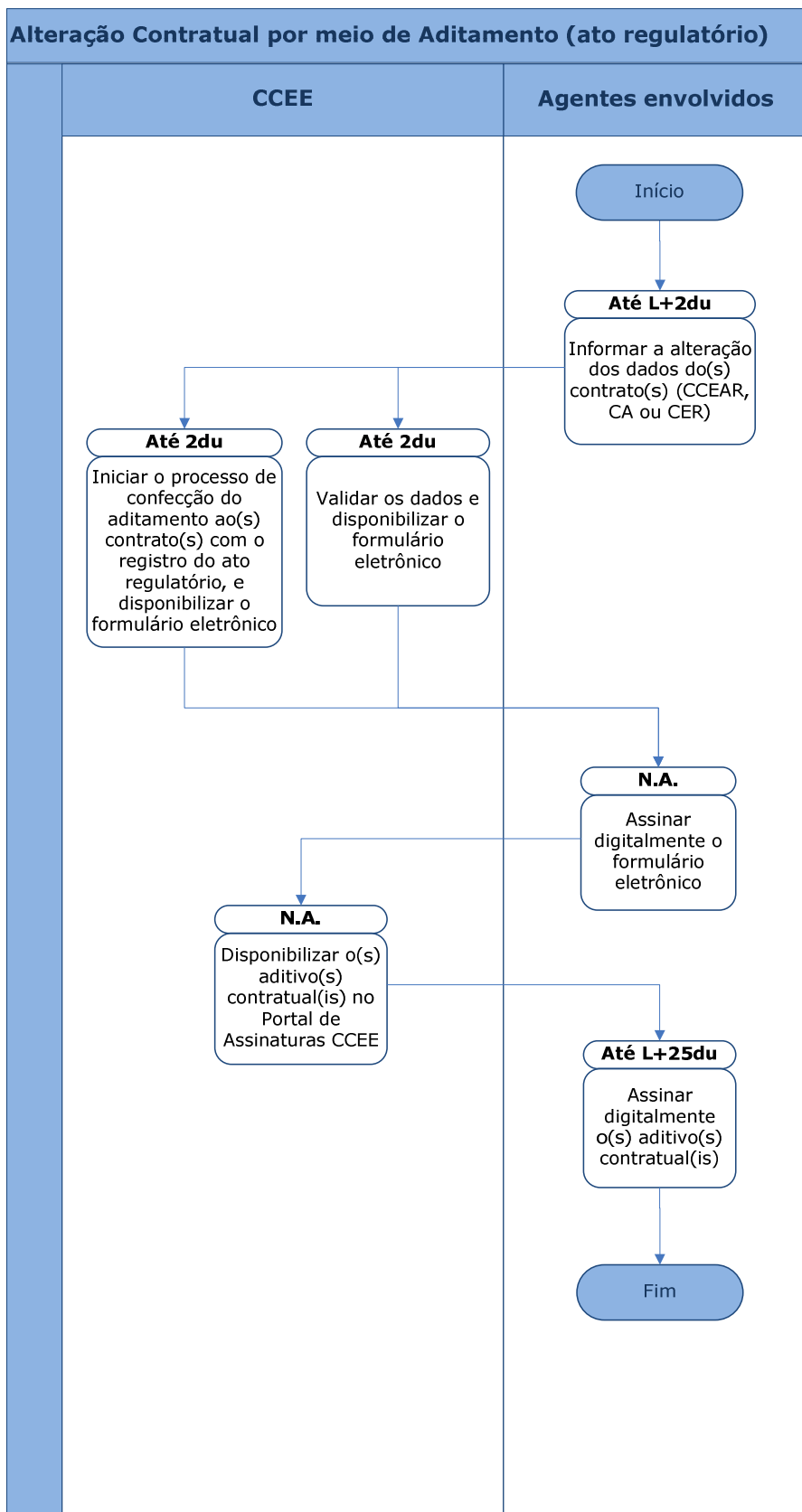


**Legenda:**

**N.A.:** Não Aplicável;

**T:** Data da abertura da solicitação de alteração contratual;

**du:** dias úteis.



**Legenda:**

**N.A.:** Não Aplicável;

**L:** Data da publicação do ato regulatório que alterou os dados dos contratos;

**du:** dias úteis.

## 6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

### Assinatura – CCEARs de novo empreendimento e CERs

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Enviar a outorga, se for o caso	Candidato a agente ou agente vendedor vencedor do leilão	O candidato a agente ou agente vendedor de energia elétrica de novo empreendimento, vencedor do leilão, deve enviar a outorga à CCEE, por meio do SGP.	Até P+2du
Tomar as providências para assinatura do(s) contrato(s)	CCEE	A CCEE deve tomar as providências para assinatura efetiva do(s) contrato(s) por todas as partes envolvidas, incluindo apresentação da garantia contratual, validação e saneamento de eventuais pendências.	Até P+25du
Assinar digitalmente o(s) contrato(s)	Candidato a agente ou agente vendedor vencedor do leilão	O candidato a agente ou agente vendedor vencedor do leilão deve assinar o(s) contrato(s), digitalmente. Para tanto, deve obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	Até P+25du
Assinar digitalmente o(s) contrato(s)	Agente comprador	O agente comprador deve assinar o(s) contrato(s), digitalmente. Para tanto, deve	Até P+25du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
		obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	

**Legenda:**

**P:** Data da publicação da outorga de novo empreendimento;

**du:** dias úteis.

**Assinatura – CCEARs de empreendimento existente e CAs**

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Constatar a homologação e adjudicação do resultado do leilão, se for o caso	CCEE	Constatada a homologação e adjudicação de um leilão de empreendimento existente, a CCEE deve tomar as providências necessárias para a assinatura do(s) contrato(s).	N.A.
Tomar as providências para assinatura do(s) contrato(s)	CCEE	A CCEE deve tomar as providências para assinatura efetiva do(s) contrato(s) por todas as partes envolvidas, incluindo apresentação da garantia contratual, validação e saneamento de eventuais pendências.	Até 25du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Assinar digitalmente o(s) contrato(s)	Candidato a agente ou agente vendedor vencedor do leilão	O candidato a agente ou agente vendedor vencedor do leilão deve assinar o(s) contrato(s), digitalmente. Para tanto, deve obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	Até 25du
Assinar digitalmente o(s) contrato(s)	Agente comprador	O agente comprador deve assinar o(s) contrato(s), digitalmente. Para tanto, deve obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	Até 25du

**Legenda:**

**N.A.:** Não Aplicável;

**du:** dias úteis.

**Alteração Contratual por Solicitação do Agente**

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Preencher formulário eletrônico para solicitar alteração contratual, se for o caso	Agente solicitante	O agente comprador e/ou vendedor podem solicitar alterações de dados contratuais, por meio do SGP.	N.A.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Disponibilizar formulário eletrônico no Portal de Assinaturas CCEE ou comunicar o agente, caso haja inconsistência	CCEE	A CCEE deve avaliar a solicitação do agente e disponibilizar o formulário eletrônico no Portal de Assinaturas CCEE. Caso haja inconsistências, a CCEE deve comunicar o agente para saná-las, por meio do SGP.	Até 5du
Assinar digitalmente o formulário eletrônico	Agente solicitante	O agente solicitante deve assinar o formulário eletrônico, digitalmente. Para tanto, deve obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	Até T+30dc
Cancelar a solicitação, caso o agente não dê seguimento à solicitação	CCEE	A CCEE deve cancelar a solicitação de alteração de dados contratuais caso o agente solicitante não dê seguimento à solicitação aberta.	Até T+30dc
Informar à(s) contraparte(s) a(s) alteração(ões) realizada(s)	CCEE	Após a assinatura digital do formulário eletrônico, a CCEE deve informar à(s) contraparte(s) a(s) alteração(ões) realizada(s).	N.A.

**Legenda:**

**N.A.:** Não Aplicável;

**T:** Data da abertura da solicitação de alteração contratual;

**du:** dias úteis.

### Alteração Contratual por meio de Aditamento (ato regulatório)

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Informar a alteração dos dados do(s) contrato(s) (CCEAR, CA ou CER)	Agentes envolvidos	Os agentes envolvidos devem informar à CCEE a alteração de dados contratuais advindas pela publicação de ato regulatório, por meio do registro do referido ato via SGP.	Até L+2du
Iniciar o processo de confecção do aditamento ao(s) contrato(s) com o registro do ato regulatório, e disponibilizar o formulário eletrônico	CCEE	Caso os agentes envolvidos não informem à CCEE sobre a alteração contratual, a CCEE deve iniciar os procedimentos de alteração em nome dos agentes, com o registro do ato regulatório, bem como informar à ANEEL o descumprimento dessa obrigação e, por fim, disponibilizar o formulário eletrônico, via SGP.	Até 2du
Validar os dados e disponibilizar o formulário eletrônico	CCEE	Caso os agentes envolvidos informem à CCEE sobre a alteração contratual, a CCEE deve validar os dados e disponibilizar o formulário	Até 2du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
		eletrônico, via SGP.	
Assinar digitalmente o formulário eletrônico	Agentes envolvidos	Os agentes envolvidos devem assinar o formulário eletrônico, digitalmente. Para tanto, devem obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	N.A.
Disponibilizar o(s) aditivo(s) contratual(is) no Portal de Assinaturas CCEE	CCEE	A CCEE deve disponibilizar o(s) aditivo(s) contratual(is) no Portal de Assinaturas CCEE.	N.A.
Assinar digitalmente o(s) aditivo(s) contratual(is)	Agentes envolvidos	Os agentes envolvidos devem assinar o(s) aditivo(s) contratual(is), digitalmente. Para tanto, devem obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.	Até L+25du

**Legenda:**

**N.A.:** Não Aplicável;

**L:** Data da publicação do ato regulatório que alterou os dados dos contratos;

**du:** dias úteis.

## **7. ANEXOS**

Não aplicável.